

O epicentro do terremoto que derrubou as bolsas de valores está nos EUA: lá, a ganância financeira alimentou uma bolha especulativa com base em créditos duvidosos. A desconfiança paralisou as operações bancárias, e a crise se espalhou. Em 2007, não foram os países emergentes que ameaçaram a saúde econômica do mundo, mas aquela que é a maior economia do planeta, a americana.

CRISE NO CORAÇÃO DO CAPITALISMO

3º CONGRESSO DO PT

Diversidade e unidade

A mídia apostou na implosão do PT, na prostração ante o tema do “mensalão” e no choque com os partidos aliados. Naufragou em todas especulações

CLÁUDIO GONZALEZ

“O quem apostou que o Partido dos Trabalhadores faria o congresso da desagregação, perdeu”. Com esta afirmação, o presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini, sintetizou sua avaliação do 3º Congresso Nacional da legenda, realizado em São Paulo, entre 31 de agosto e 2 de setembro.

Antes e durante o congresso, a grande imprensa ventilou três avaliações sobre o que se poderia esperar do encontro. Primeiramente, apostou que a disputa interna das tendências implodiria o PT. Depois, afirmou que o tema “mensalão” dominaria o evento e, finalmente, insinuou que o hegemonismo petista faria o PT bater de frente com os partidos aliados ao aprovar resoluções sobre 2010. O desfecho do Congresso fez naufragar as três especulações.

Unidade construída

O embate das tendências internas foi suavizado por uma série de acordos que permitiu ao congresso respirar, em vários momentos, um ar de unidade que há muito tempo não se fia no cotidiano do petismo. E que conviveu favoravelmente com a diversidade existente no interior do partido. O clima de unidade traduziu-se na aprovação, por unanimidade, ou por ampla maioria, de resoluções importantes.

O grupo majoritário “Construindo um novo Brasil” (CNB) pareceu não estar disposto a comprar briga com as demais tendências e aceitou costurar acordos e acatar emendas sugeridas por outras forças políticas.

A maioria das lideranças que integram o CNB pertence à ala considerada mais moderada dentro do partido. Os críticos mais ácidos chegam a afirmar que se trata da “direita” do PT. Sendo assim era de se esperar que o conjunto das resoluções aprovadas no congresso afastasse ainda mais o PT da esquerda. Mas deu-se o contrário. Ao aceitar emendas e votar em resoluções de outras tendências, o CNB acabou dando apoio a um movimento que reaproximou o partido das idéias mais avançadas.

A pressão que a direita, sobretudo a mídia, tem feito sobre o partido e sobre o governo, acusando-o sistematicamente de desvios éticos e “incompetência administrativa”, pode ter ajudado a fortalecer o discurso mais à esquerda.

Esta renovação da “simpatia” do grupo majoritário pela esquerda pôde ser observada não apenas nas resoluções apresentadas, mas também em muitos discursos. Foram várias as lideranças que enfatizaram a necessidade do partido prestigiar a coalizão de esquerda (PCdoB, PSB, PDT) nas batalhas eleitorais e na formação de bases parlamentares. Foram muitos também os que defenderam maior autonomia do partido em relação ao governo federal.

O esforço de reaproximação do PT com os movimentos sociais é outro ponto que

merece destaque. Entidades como a UNE, o MST, a CMP e a CUT participaram do Congresso e foram convidadas a usar a tribuna para falar aos delegados. O congresso também aprovou a resolução que pede a realização de uma “Conferência Nacional do Mundo do Trabalho”.

Destacam-se ainda o apoio formal dado pelo PT ao plebiscito sobre a Vale do Rio Doce e a resolução que defende a descriminalização do aborto —um tema que sempre encontrou resistências dentro do partido, sobretudo da ala católica do PT. Avançou-se também na formulação sobre a necessidade de democratizar os meios comunicação que mostram-se cada vez mais raivosos na defesa do ideário neoliberal e, sobretudo, reafirmou-se a opção do PT pelo socialismo.

Socialismo petista

Mas ainda que seja bastante positiva a inclusão do socialismo como um dos três grandes eixos do debate —os outros dois foram conjuntura nacional e questões internas— a concepção de socialismo contida na resolução aprovada ainda pode ser considerada “amena”. O texto final sobre o socialismo petista inclui emendas e formulações apresentadas por diferentes tendências, mas o “âmago” da resolução foi formulado pelo vice-presidente nacional do PT, Marco Aurélio Garcia, integrante do CNB.

Chama atenção o fato de que em nenhuma das 27 páginas da resolução há qualquer referência ao termo “marxismo”. As idéias de Marx, Engels e Lênin não estão contempladas no “projeto” petista. A resolução tenta justificar esta ausência afirmando que “o socialismo petista não tem uma matriz política ou filosófica única, abrigando ampla pluralidade ideológica no campo da esquerda”. Também não defende conceitos como ruptura, luta de classes, estado forte, estatização dos meios de produção e muito menos processo revolucionário.

Por outro lado, as palavras “democracia”, “socialização” e “cidadania” aparecem com abundância em praticamente todas as páginas do texto, deixando o projeto socialista do PT muito parecido com as velhas visões da social-democracia europeia e sua aposta na reforma cosmética do capitalismo e não na sua superação.

Eleições e conjuntura

No debate do eixo “O Brasil que Queremos” — o mais extenso — aprovaram-se diversas resoluções que buscam cristalizar o apoio do PT ao governo Lula, reafirmar bandeiras históricas do partido, em especial na área de direitos humanos e apontar diretrizes para a ação governamental.

Os itens relativos à reforma política e eleições merecem ser destacados. Sobre refor-

ma política, o PT aprovou uma resolução que sugere a convocação de uma “Constituinte exclusiva, livre, soberana e democrática”. E justifica: “A reforma política não pode ser um debate restrito ao Congresso Nacional, que já demonstrou ser incapaz de aprovar medidas que prejudiquem os interesses estabelecidos dos seus integrantes. Ademais, setores conservadores do Congresso pretendem introduzir medidas como o voto distrital e o voto facultativo, de sentido claramente conservador”.

Sobre as eleições de 2010, a resolução buscou reafirmar a disposição do partido de apresentar uma candidatura própria e, ao mesmo tempo, reforçou a necessidade da coalizão. “O PT apresentará uma candidatura a presidente a ser construída com outros partidos e, assim, formar uma aliança programática, partidária e social capaz de ser vitoriosa nas eleições de 2010, e impedir o retorno do neoliberalismo”, diz a resolução.

Ainda sobre o tema “O Brasil que queremos” há resoluções pontuais sobre: combate ao racismo; comunicação; mundo do trabalho; democratização e participação popular; Sistema Único de Saúde; reforma agrária; reforma urbana, entre outros.

Em artigo publicado no portal Vermelho, o secretário de Organização do PCdoB, Walter Socorrentino, avalia que “tudo isso depende de palavras se tornarem fatos”. “O PT precisa decifrar sua esfinge e recompor capacidade de direção estratégica, sanar seu déficit de concepção política, sem o que poderá até crescer eleitoralmente, mas não elevar sua capacidade de condução política”, afirma o dirigente comunista.

Questões internas

Sobre as questões de concepção e funcionamento partidário, o debate poderia ter

se incendiado se os petistas tivessem caído na armadilha de adotar a agenda ditada pela imprensa, que era a de aprofundar as críticas aos protagonistas do chamado “escândalo do mensalão”, ressuscitado por conta da decisão do STF de abrir processo criminal contra ex-dirigentes petistas. Porém, apesar do esforço midiático, o tema não conseguiu contaminar o ambiente do Congresso.

Isso não significa que o desgaste provocado pela crise de 2005 não tenha influenciado o debate. Pelo contrário. O grupo que apresentou a tese “Mensagem ao Partido”, pautou sua participação no congresso com a proposta de “refundação” da legenda. Por trás de suas propostas, a clara intenção de enquadrar e, se possível, afastar da direção partidária o grupo ligado ao ex-ministro José Dirceu.

A falta de consenso nas propostas sobre partido fizeram com que boa parte das decisões fossem adiadas para 2009.

Por outro lado, houve unidade na aprovação do Código de Ética, que foi aprovado por todas as teses. Assim como a antecipação do PED, processo de eleição direta que deve escolher a nova direção do PT para o biênio 2008-2009.

Durante o congresso, nenhuma força política arriscou-se a calcular com exatidão qual o tamanho de cada tendência, mas ficou claro nas votações mais acirradas que o grupo denominado “Construindo um novo Brasil” — ex-Campo Majoritário — contava com o apoio de pelo menos metade dos delegados presentes. Já o grupo “Mensagem ao Partido”, liderado pelo ministro Tarso Genro e que postulava a condição de segunda maior força política dentro do PT, devia ter cerca de 25% dos delegados. Os outros 25% dividiam-se entre uma dezena de tendências.

O resultado do PED é quem vai definir melhor o tamanho de cada tendência dentro do partido.

Todas já estão se articulando para apresentar suas candidaturas e já se observam movimentações definidoras.

O grupo majoritário CNB pode ser ampliado com a adesão da tendência Movimento PT, de Arlindo Chinaglia.

A “Mensagem” já anunciou que pretende se constituir como movimento permanente dentro do PT, o que poderia representar a dissolução da Democracia Socialista (DS) e, dessa forma, restringir ainda mais o “campo da esquerda” dentro do partido.

Hoje, a tendência com mais respaldo neste campo é a Articulação de Esquerda, que também já anunciou sua disposição de juntar forças com o grupo da tese “PT militante e socialista” para a disputa do PED.

A movimentação é intensa e o PT terá, até dezembro, para decidir se a virada à esquerda será realmente efetivada.



CONJUNTURA

Congresso do PT revela tendência à esquerda

JOSÉ CARLOS RUY ENTREVISTA RENATO RABELO

O Bloco de Esquerda vai bem, obrigado. Vai se firmando e consolidando, como mostram os lançamentos já realizados. E o Congresso do PT defende o partido e reafirma o socialismo. Esta são algumas opiniões do presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo, em entrevista para A Classe Operária.

Bloco de Esquerda - O Bloco está num processo de se firmar. Ele não foi montado por conveniências. Pelo contrário, tem uma definição programática, que foi um objetivo que a gente perseguiu, e alcançou. O programa, que foi lançado em Brasília, estabelece uma plataforma de esquerda, levando em conta aquelas três bandeiras mais importantes, que são a soberania nacional, a democratização da vida nacional e o progresso social, além da integração continental. Foram estes os objetivos que traçamos na plataforma. Ela foi aprovada para dar uma fisionomia, uma identidade ao Bloco.

Firmar e consolidar o Bloco - A fase atual corresponde aos lançamentos do Bloco nos estados, mostrando que é uma frente política de esquerda que vai se firmando. Estamos vendo que o Bloco está vingando. Vários lançamentos vêm se sucedendo, com êxito. Como no Rio de Janeiro, onde foi feito um lançamento com mais de mil pessoas, no Hotel Glória. Em São Paulo foi da mesma dimensão. Dizem até que foi um pouco maior, mas teve também um público de mais de mil, no Palácio dos Trabalhadores. Antes, foi lançado em Belém do Pará e no Mato Grosso. E já estão marcados lançamentos para Belo Horizonte, Brasília, Florianópolis e Porto Alegre. E vai se espalhando por vários lugares. Em resumo, o Bloco está sendo firmado, sendo montado, com perspectiva de crescimento, de consolidação.

Eleições de 2008 - O outro objetivo é fazer um esforço para que nas eleições municipais de 2008 tenhamos como referência candidaturas do Bloco, como um acúmulo de forças para as eleições de 2010. Não quer dizer que, nas eleições municipais - que são muito pulverizadas, diversificadas - tenhamos só alianças com o Bloco. Mas o esforço será este, de levar em conta o Bloco, buscando candidaturas bloquistas. Poderão no entanto, ocorrer alianças com outros partidos. Como o caso do PCdoB. Nós vamos ter alianças também com o PT, que é sempre um aliado tradicional. Não há rompimento com o PT.

O Bloco está aberto a outros partidos e personalidades. Esta é a situação do Bloco, e a tendência, portanto, é consolidar. Além dis-



Lula, no Congresso do PT em defesa do partido

so, é preciso dizer que o Bloco está aberto a outros partidos ou até pessoas que compõem partidos. Elas podem integrar o Bloco. A única condição é a adesão a seu programa.

O Bloco não é contra o PT - Não estamos construindo um bloco que seja contraposição a qualquer partido que compõe a esquerda, como o PT. Não estamos aqui para fazer luta ou contraposição ao PT. Pelo contrário, ele está aberto inclusive sua participação.

O socialismo volta ao debate - O congresso do PT demonstrou um resultado positivo. Praticamente todas as tendências do Partido disseram que o congresso foi um êxito. De uma certa forma, esse congresso significa um reposicionamento do PT diante da investida dos setores de direita. O congresso ocorreu logo após o resultado do Supremo Tribunal Federal (que aceitou a denúncia contra José Dirceu, José Genoino e outros dirigentes petistas acusados no caso do chamado "mensalão"). Foi uma forma do PT se reposicionar diante disso, de responder a esta situação. Aquela decisão do STF aparentemente fragilizou o PT, que respondeu de forma unitária, na defesa do partido. E tem mais. Este é o fato novo: o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva compareceu ao congresso, onde defendeu o PT. Lá, ele mobilizou a mili-

tância para defender o PT; disse que numa hora como esta é importante não se intimidar, mas sim manter a estrela do PT. Ou seja, foi uma mobilização para defender o próprio PT. É um dado novo, importante. O resultado do congresso é positivo, favorável. Além disso, as resoluções que foram aprovadas, apesar da existência de várias tendências, muitas composições, emendas, etc, revelam um conjunto de posições que caminha para a esquerda, a ponto de setores do PT dizerem que o resultado do Congresso leva um pouco mais para a esquerda. Quer dizer, as posições aprovadas demonstram que há uma inclinação do partido aparecer com posições mais à esquerda, mais avançadas. O próprio termo socialismo voltou a frequentar o debate.

Em defesa do PT - Outro ponto é a independência, a autonomia do PT em relação ao governo. São questões que mostram os aspectos positivos da realização do Congresso do PT. Ele teve uma presença grande de delegados, com grande participação, um debate intenso. Tudo isso é importante para o avanço democrático e o fortalecimento do campo da esquerda. Mostra que o PT tem grande capacidade de se recompor. Em 2005 foi assim, com o PED convocado para renovar sua direção. Agora ocorre a mesma reafirmação do partido, diante de uma situação

como essa, em que o STF toma uma decisão com nítido sentido político quando considera que houve uma quadrilha, com o comando de José Dirceu. Portanto, querendo ou não - não estou entrando nos aspectos técnicos - uma decisão como essa é política. E numa hora como essa os delegados ao congresso defendem o partido, dizem que é um partido que vai jogar seu papel. O presidente da República diz que não tem do que se envergonhar, que o PT é um partido que, por sua trajetória, tem sua ética, sua moral, apesar de erros cometidos. Isso demonstra uma grande capacidade de se recompor.

Sucessão 2010 - Outro problema que surgiu em decorrência das resoluções do congresso é a questão da candidatura presidencial. O PT, como um partido qualquer, inclusive um partido grande como ele próprio, tem todo o direito de ter o seu candidato à sucessão de Lula em 2010. Não tem novidade quanto a isso. Cabe a ele esse direito, de ter sua candidatura. Só que ele propõe que seja um candidato a ser discutido. Vai propor para a frente dos partidos que apoiam o governo Lula a discussão dos candidatos que eles apresentarem. Não foi uma tomada de posição taxativa, de que o candidato será do PT. Esta é uma posição equilibrada, que sai do Congresso.

EDITORIAL

O Senado absolve Renan, e a direita diz que a guerra continua

Os quase quatro meses de crise envolvendo o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) tiveram o sabor de anti-clímax para os setores conservadores quando, na quarta-feira, dia 12 de setembro, o plenário daquela Casa o absolveu da acusação de perda de decoro parlamentar. Foram 40 votos contra 35 que queriam a condenação, e seis abstenções. Renan era acusado de receber dinheiro de um lobista da construtora Mendes Júnior. E há, ainda, mais dois processos contra ele tramitando no Conselho de Ética do Senado.

A absolvição de Renan foi encarada pela direita como uma derrota inesperada nu-

ma batalha que faz parte de uma guerra que vai continuar. Os parlamentares tuanos e ex-pefelistas, entre outros do campo conservador, haviam prejulgado o senador e anteviam, de véspera, sua derrota. A mídia, cumprindo seu papel de cão de guarda dos interesses do sistema de poder da qual ela faz parte, já havia passado a sentença condenatória contra o presidente do Senado, declarando sua culpa e esperando um veredito que julgava inescapável.

Mas quando as portas do plenário se abriram e o resultado foi divulgado, o brado de "traição" estava nas bocas dos senadores e repórteres do campo conservador.

Mas "traição" a quem? Aos objetivos inconfessáveis da direita. Colhido nas tramas de um drama mais próprio de uma vara de família da Justiça, Renan foi enredado em uma série de acusações que a mídia e seus acusadores não conseguiram comprovar. Mas que, tendo prejulgado o presidente do Senado, cobravam dele a prova de sua inocência, numa inversão completa de qualquer processo judicial típico de uma República democrática.

Foi mais uma grande derrota para a direita e para a mídia do grande capital. Nesse processo de linchamento onde, como se diz, até as pedras da capital federal são

am que a questão não era a moralidade do acusado, mas o ataque ao governo e ao conjunto de forças que compõe a base aliada no Congresso brasileiro. Tirar Renan da presidência do Senado significava criar dificuldades para o presidente Lula e colocar uma cunha na aliança entre o PMDB, partido do acusado, e o PT, partido do presidente da República. Mais uma vez, a direita não conseguiu os objetivos que esconde sob o clamor pela moralidade. Daí os brados de "traição" dos cardeais da oposição. Daí a ameaça explícita de repórteres e parlamentares, logo depois de anunciado o resultado favorável a Renan, de que a guerra vai continuar.

ELEIÇÕES 2008

PCdoB quer ter a primeira mulher prefeita de BH

KERISSON LOPES ENTREVISTA JÔ MORAES

Participando há 14 anos da frente que governa Belo Horizonte, o PCdoB pretende agora passar a ser protagonista da mais duradoura experiência de uma coalizão de forças de esquerda dirigindo uma capital brasileira. Para isso, apresentou como pré-candidata à prefeitura a deputada federal Jô Moraes, que conversou com A Classe Operária sobre o quadro político da cidade.

Vereadora por dois mandatos e deputada mais votada da esquerda no estado, Jô vem agregando importantes apoios. Aproveitando a indefinição das siglas que polarizaram a disputa nos últimos pleitos, a comunista se apresenta cada vez mais como alternativa para ser a primeira mulher a governar a cidade que a "permitiu estar viva".

A Classe Operária - Como você analisa o lançamento, feito pelo PCdoB, do seu nome como pré-candidata à prefeitura de Belo Horizonte?

Jô Moraes - O PCdoB tem em BH uma longa trajetória de construção depois do fim do regime militar. Traz em seu desenvolvimento a marca da luta do povo pobre e de setores organizados da cidade. Nossa influência política tem trazido importantes frutos eleitorais, elegendo vereadores e sempre tendo boas votações para deputados. Participamos desde o início da experiência administrativa desta coalizão de forças que já dura 14 anos, a mais longa sem interrupção em uma grande cidade do país. O PCdoB considera que é preciso manter o projeto de desenvolvimento ao qual o povo de BH confiou o seu destino neste longo período. Tendo como pano de fundo a profunda ligação que os comunistas têm com a cidade, consideramos legítimo apresentar uma candidatura majoritária.

A Classe Operária - Então o PCdoB tem conversado prioritariamente com as forças que já participam da administração atual?

Jô Moraes - É em torno da visão da continuidade deste projeto que o PCdoB está realizando conversas. Respeitando e reconhecendo o direito de todas as forças políticas apresentarem suas candidaturas, mas colocando a nossa e buscando construir um patamar de unidade. Ao mesmo tempo, já estamos realizando debates temáticos para que as forças políticas possam se integrar em torno de um programa.

A Classe Operária - E qual sua avaliação do cenário político já desenhado na capital?

Jô Moraes - A situação da disputa eleitoral para 2008 em Belo Horizonte enfrenta uma situação particular, pois nos dois campos onde a polarização se formou no último período há um grau de fragilidade. Não existem candidaturas naturais nem no lado em torno da principal força da atual administração, o PT, nem do lado da principal força conservadora, o PSDB.

A Classe Operária - Quais seriam os principais avanços apresentados depois de sucessivos governos de esquerda na capital?

Jô Moraes - Muita coisa mudou para melhor, mas destacaria três aspectos: primeiro, a inversão de prioridades, com a aplicação dos recursos em investimentos sociais e na formulação de novas políticas. Segundo, a elevação da qualidade do serviço público, sobretudo na área de saúde, educação, de assistência social e de transporte. Num terceiro plano, destaco a criação de um espaço democrático, que permitiu a participação popular na definição destas políticas.



"BH quer mais" é a aposta do PCdoB

PERFIL

"Belo Horizonte é a cidade que me permitiu estar viva"

Jô Moraes, como grande parte dos moradores da capital mineira, não nasceu na cidade. Chegou em Belo Horizonte em 1972, fugindo da repressão política da ditadura militar. Militante desde o movimento secundarista na Paraíba, já havia passado por vários estados e outros tantos nomes. A Maria do Socorro virou Jô, depois de passar por Josydemeia.

"Belo Horizonte é para mim a cidade que me permitiu estar viva", recorda-se a deputada e presidente do PCdoB mineiro. "Foi nesta cidade que fui acolhida pelo seu povo, pelas pessoas, que mesmo não me conhecendo, expressavam sua resistência, seu desejo de liberdade, me recebendo nas suas casas".

O refúgio em Belo Horizonte não serviu de acomodação. Desde que chegou, Jô começou atuar em associações comunitárias e no movimento social. Depois de muitas aventuras escondendo e correndo da polícia, na luta pela anistia se integrou de vez

A Classe Operária - Este último mandato parece que priorizou obras de infra-estrutura?

Jô Moraes - Tivemos avanços na urbanização de várias áreas de periferia, em especial em vilas do aglomerado da Serra, entre outras. Tivemos também ampliações de avenidas essenciais para o sistema viário, como a Pedro II, a Antonio Carlos e Vilarinho, além do programa de revitalização do centro. Vale ressaltar que as parcerias com o governo federal e organis-

mos internacionais foram fundamentais para estas realizações.

a vida política da cidade. "Após a anistia, comecei a ter uma relação muito grande com o movimento de mulheres, desde o departamento feminino do MDB, movimento feminino pela anistia, o movimento de luta contra a carestia, até consolidar essa relação com a ação mais voltada para a luta dos direitos das mulheres".

Após ser a primeira presidente da União Brasileira de Mulheres, Jô Moraes se tornou a principal dirigente do PCdoB em Minas, passando a disputar cargos no legislativo. "Fui eleita em 1996 vereadora em Belo Horizonte, depois em 2002 deputada estadual e agora (2006) fui eleita deputada federal com uma votação muito expressiva na capital mineira". Quando fala do município que agora poderá governar, Jô trata com carinho, "essa cidade que eu sinto como se fosse minha nova terra, o meu canto, minha casa, que eu devo cuidar sempre pela vida que ela me permitiu um dia".

A Classe Operária - E daqui para frente, em que Belo Horizonte pode avançar?

Jô Moraes - O PCdoB costuma dizer "BH quer mais". A cidade mudou, modernizou-se, mas ainda enfrenta desafios para diminuir as sequelas da estrutura social desigual. Diminuir a distância entre as áreas mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas, o que exige medidas urgentes. O novo

ciclo administrativo deve voltar-se prioritariamente para estas áreas com políticas públicas transversais. É preciso um projeto que estimule a cidade solidária, sociedade e poder público juntos para fazer avançar rumo a uma Belo Horizonte mais igualitária.

Outra questão fundamental que o futuro aponta é a necessidade de tornar mais clara a vocação de pólo tecnológico da cidade. Com o BHTec (Parque Tecnológico de Belo Horizonte), um projeto em parceria com a UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), teremos a possibilidade de tornar a cidade num pólo de produção científica e desenvolvimento.

No patamar da saúde, fizemos um avanço muito significativo na estrutura do Sistema Único de Saúde, mas há ainda pontos vulneráveis que têm que ser levantados, sobretudo nas consultas especializadas e na rede de urgência.

Na educação, precisamos revisitar e debater o projeto pedagógico do município e ampliar o alcance do projeto de escola integral. Cuidar da valorização e qualificação dos trabalhadores. Preparar a mão de obra da cidade para permitir que a expansão industrial do entorno tenha profissionais qualificados e mesmo a modernização e ampliação da área de serviço de Belo Horizonte possa absorver novos profissionais.

A Classe Operária - Nesta sua experiência em Brasília como deputada, como a senhora considera que o governo federal poderia ajudar no desenvolvimento da cidade?

Jô Moraes - Diria que há ainda uma lacuna a ser desenvolvida, que diz respeito às verbas para o metrô da cidade. Apesar da liberação através do Plano de Aceleração do Crescimento de quase 200 milhões, precisamos fazer com que o atual PPA (Plano Plurianual), que está sendo debatido no Congresso Nacional, amplie a estrutura de transporte público e a meta do transporte. É um grande desafio que o povo de Belo Horizonte tem pela frente.

SEGURANÇA PÚBLICA

Contra a violência, pela cidadania

O Pronasci vai envolver comunidade, estados e municípios no combate à criminalidade

PRISCILA LOBREGATTE

O planejamento da segurança pública de maneira estratégica e preventiva parece ter saído do plano das idéias para a realidade objetiva. Esta é a meta do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que o governo federal lançou em agosto.

Com o foco na integração entre as três esferas da gestão pública e voltado não só para a repressão, mas também para medidas preventivas e de cunho social, o programa pode deixar com sangue na boca setores mais reacionários que querem a diminuição da maioridade penal, do porte de armas de fogo pela população e até mesmo a medieval pena de morte.

Longe de propor o abrandamento do rigor do Estado, o programa vai conciliar repressão com prevenção. Para isso, serão investidos R\$ 6,7 bilhões, inicialmente em 11 nas regiões metropolitanas onde os índices de criminalidade são mais alarmantes. As ações vão desde o investimento nos policiais até medidas que evitem a inserção da juventude na criminalidade. "Para se combater a violência, de nada adianta um grande aparato de segurança privada. Este é um instrumento que agudiza a concentração de renda. Os ricos conseguem ter câmeras, monitoramento, carros blindados, seguranças particulares, bens inatingíveis para a maioria do povo. Só o serviço público pode corrigir essas assimetrias", disse o deputado federal Flávio Dino (PCdoB/MA).

Jurista conceituado e membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara, Dino ressalta que um dos pontos-chave do programa é a valorização do policial. "Quando, num plano dessa natureza, a valorização dos servidores é colocada

em primeiro lugar, significa que estamos na direção correta para romper com o velho paradigma do Estado mínimo e com a criminalização dos servidores públicos".

Nessa linha, o Pronasci prevê, entre outras medidas de valorização de agentes públicos — como policiais, bombeiros e agentes penitenciários — a criação da Bolsa-Formação, que complementa o salário de profissionais que recebem até R\$ 1.400,00, além da abertura de créditos da Caixa Econômica Federal para a compra da casa própria por policiais de baixa renda. "Durante muito tempo, houve uma visão de criminalização dos agentes do Estado como se eles fossem responsáveis por todas as mazelas da sociedade. Num país periférico, marcado por desigualdades regionais e sociais dramáticas, a valorização dos servidores públicos é essencial para a melhoria desse quadro", avalia o parlamentar.

Comunidade em ação

Outra aposta do Pronasci é a participação da comunidade no combate à violência. De meros expectadores, os moradores de áreas onde há violência passam a ser coadjuvantes nas ações do governo. Uma das frentes criadas é o Mães da Paz. "Agrada-me muito no Pronasci esse aspecto da participação comunitária, da mobilização da sociedade com foco e objetivos definidos. Não se trata de algo difuso e inorgânico, sobretudo no que diz respeito à participação das mães nas políticas voltadas para a juventude", explica Flávio Dino.

O alvo principal do programa são os jovens de 15 a 29 anos, em situação de risco. Dados do Ministério da Justiça mostram que dos



Cidadania é tratada a bala no Complexo do Alemão (RJ)

420 mil presos do país, 65% estão na faixa etária dos 18 aos 29 anos. Outra preocupação do Ministério, noticiada pela revista *CartaCapital*, são os rapazes que, egressos do serviço militar viram alvo do assédio do tráfico devido ao conhecimento adquirido sobre armas de fogo.

Outra ação do Pronasci deverá ser a criação de instituições penais especiais para jovens e mulheres. Elas terão salas de aula, espaço para a prática de esportes, lazer e atividades artísticas. A meta é oferecer a possibilidade de reinserção social dessas pessoas. Para 2007, está prevista a ativação de 13 unidades deste tipo.

Parceria federativa

Um levantamento feito pelo governo federal procurou mapear, com base no número de homicídios, as principais áreas onde a violência é mais intensa. Estes serão os lugares onde o Pronasci será implementado num primeiro momento. Foram listadas 11 capitais: a mais violenta é Vitória, seguida de Recife, Belo Horizonte, Maceió, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Curitiba, Brasília, Porto Alegre e Belém. Na capital capixaba, por exemplo, o número de homicídios por 100 mil habitantes foi de 78,3 em 2005. Em Belém, o índice foi de 27,7. Daí a necessidade de unir União, estados e municípios em torno do programa.

Para Flávio Dino, "o Pronasci avança na direção correta porque parte do reconhecimento de que, embora a competência principal para cuidar de segurança pública seja dos estados, não há hoje política pública que possa ser implementada sem que haja a noção de federalismo cooperativo, en-

volvendo, portanto, a participação de todas as instâncias".

Questionado sobre o fato de muitas vezes haver mais conflito do que parceria entre os entes públicos, Dino afirmou que "tanto no caso do SUS quanto no caso do Fundef, que são políticas que certamente inspiraram a concepção do SUSP e agora do Pronasci, só podem dar certo na medida em que haja perseverança nessa linha de cooperação, além de controle e participação popular. No caso da saúde e da educação, nos locais em que a organização do povo é mais presente, menores são as ocorrências desse tipo de problema".

Apesar de o programa buscar responder a uma grande angústia nacional, não foram adotadas "medidas justiceiras" que vêm à tona na mídia sempre que um novo crime causa comoção. Caso exemplar foi o assassinado brutal do menino João Hélio, no Rio de Janeiro. Logo após o crime, lideranças da direita e a grande mídia passaram a apoiar a diminuição da maioridade penal. A pena de morte voltou a ser tema de debate e pesquisa feita pelo Datafolha logo após a morte do menino revelou que 55% dos entrevistados eram favoráveis à pena capital.

Na opinião do deputado Flávio Dino, o programa procura civilizar a política de segurança. "Não há dúvidas de que deve haver rigor, mas o rigor não exclui — ao contrário, exige — a compatibilização com os direitos humanos. Os abusos por aqueles que são encarregados de implementar a lei geram uma cultura de violência que vai no sentido contrário do objetivo de corrigir as condutas dos que não cumprem a ordem jurídica". Para ele, "o Estado não pode ser um instrumento de terror, de pânico e nem de ilegalidade".

PCdoB

Municipais preparam caminho para 2008

Às vésperas das conferências, comitês planejam mobilização e já pensam nas próximas eleições

Falta pouco para que comunistas de todo Brasil concluam o processo que irá culminar nas conferências municipais e estaduais. A série é a primeira que acontece com base no novo Estatuto do PCdoB, aprovado no 11º Congresso. Neste ano, as conferências além de renovar as direções locais, irão também enfocar seus debates no projeto eleitoral de 2008.

A princípio, o partido pretende priorizar as candidaturas majoritárias em ao menos 17 capitais. No Amazonas, as conferências acontecem a partir de 5 de outubro, quando se finaliza o período de filiação daqueles que desejam concorrer em 2008. Apesar de não ter ainda um balanço fechado do número de novos filiados, Antonio Levino, presidente do comitê de Manaus diz que no interior do estado o PCdoB ganhou 30 novos vereadores, aumentando de nove para 39 o número de representantes nas câmaras municipais. "O PCdoB teve seu tamanho praticamente dobrado no interior e qualitativamente, o cres-

cimento é ainda mais significativo. Lançamos nas últimas eleições três candidatos a prefeito. Nesta, vamos lançar em torno de 40 e esperamos eleger pelo menos 10. O PCdoB é um novo partido", explicou.

Um dos nomes a serem lançados é o da deputada federal Vanessa Grazziotin, que deverá concorrer pela capital. A comunista já aparece entre os três primeiros colocados em pesquisas recentes. "O partido é o maior da capital em número de filiados e está entre os oito maiores do estado. Podemos, em breve, figurar entre os três maiores".

"Depois da eleição de Manuela para deputada federal, houve um incremento nas filiações através da Internet, pelo Vermelho e pelo Partido Vivo, e a esmagadora maioria era da juventude. De lá para cá, foram 200 novas filiações on line", disse Beto Rivera, presidente do PCdoB de Porto Alegre.

Pesquisa feita em agosto mostra Manuela empatada com o atual prefeito, José Fogaça, com 17% das intenções. "Estamos nos

pautando pela aglutinação e pela priorização do Bloco de Esquerda, lançado dia 17 de setembro na capital. E temos também conversado com todas as forças de sustentação do governo Lula", disse Rivera. O PMDB também vem flertando com a candidatura. Em agosto, o ex-governador Geremando Rigotto chegou a participar do aniversário da comunista.

Na capital, a conferência será dia 21 de outubro. Segundo Rivera, "a meta é alcançar 1.200 filiados com a Carteira Nacional Militante". Em 2005, a meta foi 500. "Com a conferência, vamos renovar nossa direção. E com isso, esperamos colocar o PCdoB num novo patamar de atuação, contribuindo ainda mais uma nova configuração da esquerda de Porto Alegre", explicou o dirigente.

"Nesta fase, todos os partidos apresentam seus próprios candidatos. Mas as conversas têm apontado a perspectiva de candidato único do Bloco de Esquerda, para ter maior viabilidade. O Aldo talvez seja o nome

com maior capacidade de agregar apoio, numa frente com vários partidos", salienta Julia Rolland, presidente do PCdoB na capital paulista, sobre a candidatura do deputado federal. "Já fizemos conversas com PSB, PDT, PMN, PRB e, mesmo que a compreensão de todos seja de que ainda não é o momento de definição da candidatura, o nome de Aldo é muito bem aceito, em particular pelo PSB", conta.

Com vistas a fortalecer o partido para um embate que promete ser bastante disputado, a direção espera mobilizar ao menos 4 mil filiados e militantes nas assembleias de base para a conferência municipal. As conferências distritais e de comitês de categoria serão realizadas até o dia 21 de outubro. Por fim, Júlia disse "nesse processo, estamos incentivando os pré-candidatos a vereador a realizar reuniões com apoiadores da campanha". (PL: com informações de Fernando H. Boronovi)

CRISE ECONÔMICA

Especulação desenfreada

Em agosto um vagalhão assombrou as bolsas de valores do mundo, e deixou um rastro que expõe os segredos do funcionamento do capitalismo

JOSÉ CARLOS RUY *

Em 1931, o dramaturgo marxista alemão Bertolt Brecht fez um filme chamado *Kuble Wampe* (Barriga Vazia, numa tradução livre), sobre a vida de uma família proletária de Berlim. Nele, refere-se à queima de café no Brasil, promovida pelo governo naquela época para segurar os preços do produto.

Brecht foi um autor de teatro cuja arte estava a serviço da luta dos trabalhadores. Foi um estudioso obsessivo das bolsas de valores, e acompanhava principalmente a oscilação dos preços de produtos básicos, como o trigo ou o café.

Ele tinha razão. Os trabalhadores precisam compreender o funcionamento das bolsas de valores, do mercado de capitais, da ciranda financeira, e suas crises. Ele influi sobre seus salários, o preço da comida e da moradia, e sobre a oferta de trabalho. Além disso, as crises são demonstrações didáticas do funcionamento do sistema capitalista e de sua dinâmica predatória.

A crise que abalou o sistema financeiro mundial desde o dia 24 de julho é um exemplo disso. Seus primeiros sinais já haviam aparecido em 2006, quando a chamada bolha imobiliária dos EUA (na verdade, a especulação com títulos baseado nos financiamentos da venda de residências) começou a desinflar. A taxa básica de juros americana passou de 1% ao ano em 1994 para 5,25% em 2006, e as pessoas que compraram casas com juros flutuantes começaram a ter problemas para pagar prestações que não cabiam mais no orçamento familiar, fazendo crescer a inadimplência.

As empresas financiadoras começaram então a ter problemas financeiros, que reper-



cutiram em fundos de investimentos que trabalham diretamente com títulos derivados daqueles financiamentos (chamados derivativos porque são títulos criados a partir dos documentos originais do financiamento).

O calote cresceu e mesmo um importante banco americano, como o Bear Stearns, teve dois fundos de investimento que deixaram de existir em consequência destes problemas.

Como estas dimensões — o financiamento de imóveis e os investimentos da chamada alta finança — estão ligadas?

Este é o aspecto central da atual crise, que resulta da especulação desenfreada que transforma o sistema financeiro num verdadeiro cassino onde o dinheiro gira de forma

praticamente autônoma, à margem do processo produtivo real da economia. Gira no vazio, pode se dizer.

No período das vacas gordas, de fartura de dinheiro e crédito barato, os bancos financiavam a venda de imóveis com critérios frouxos. Moradores da cidade de Newark (cidade próxima a Nova York) contaram para uma reportagem que era comum corretores de imóveis caçarem clientes nas ruas, oferecendo financiamento. Sem exigências de comprovação de emprego ou renda, e sem consulta ao serviço de proteção ao crédito de lá. Mesmo pessoas consideradas “mal pagadoras” podiam comprar imóveis a crédito, em condições aparentemente favoráveis: além do financiamento do imóvel, podiam pegar algum dinheiro (uns 10 ou 20 mil dólares) para comprar o que quisessem. Apegavam-se à promessa de que, em três ou quatro anos, podiam revender o imóvel (cujos preços cresciam) e ter lucro com isso. Ou refinar o empréstimo, aumentando o prazo (indo dos 30 anos costumeiros para 40 ou 50

anos) e diminuindo o valor da prestação.

O mundo dos bancos parecia maravilhoso e a realidade, rósea, com a perspectiva de que o valor das residências cresceria indefinidamente e os juros permaneceriam baixos.

Grande parte desses negócios estava baseada em títulos chamados *subprime*, isto é, financiamentos de alto risco devido ao cadastro ruim do cliente. Mas, se as taxas de juros eram compensadoras para os financiadores, para os compradores era extorsiva, sempre acima da média: no mercado normal elas variavam de 5 a 6% ao ano; no mercado de risco (*subprime*), eram muito mais altas, entre 9 a 9,5% ao ano. E eram variáveis.

Mas o risco das companhias financiadoras estava relativamente sob controle pois elas vendiam estes créditos duvidosos para fundos de investimento e outros agentes financeiros, que juntavam estes títulos com outros, de boa qualidade, elaborando pacotes para serem vendidos a outros investidores atraídos pelo alto rendimento prometido. Estes pacotes envolviam desde títulos garantidos por contratos de financiamentos imobiliários ou de carros, eletrodomésticos, cartão de crédito, ou qualquer crédito a ser pago no futuro. Quem vendia algum recebível na verdade recebia antecipadamente seu valor (que receberia no futuro) mediante um desconto.

Ao adquirir estes recebíveis, o fundo comprador recebia um grande volume de duplicatas, notas promissórias e outros documentos — e sabia que muitos não seriam pagos. Por isso, operam com risco estatístico e recebem um juro mais alto.

Estes investidores, por sua vez, repartiam estes pacotes por outras instituições, procurando garantir seus próprios ativos e espa-

* Com a ajuda inestimável do professor José Carlos de Souza Braga, da Unicamp.

Fiadoras do risco

As agências de classificação de risco, como a Standard & Poor's, a Moody's e a Fitch viraram, nas últimas décadas, verdadeiros oráculos do capitalismo. São elas que dão notas que indicam a segurança de investimentos em empresas e mesmo em países. É delas que poderá sair, por exemplo, o ambicionado “grau de investimento” para o Brasil, uma classificação que assegura que o país é confiável para o capital.

Mesmo assim, elas saíram severamente arranhadas na atual crise financeira, sob suspeita de serem fiadoras de empreendimentos altamente duvidosos e arriscados. E vão ter sua ação examinada com rigor. A Comissão Européia, por exemplo, anunciou em 17 de agosto, que vai investigar seu papel na quebra do mercado de hipotecas de risco nos EUA. Elas são responsabilizadas, por muita gente, por não terem previsto a crise e acionado o alarme. Muitos vão além, e consideram que elas foram coniventes, e as acusam de atribuir notas favo-

ráveis (o chamado triplo A, ou AAA) a bancos e fundos com créditos hipotecários de alto risco, induzindo os investidores a jogar dinheiros neles. Além disso, elas são frequentemente criticadas por serem remuneradas pelas próprias instituições que avaliam, numa promiscuidade nociva para os investimentos.

Mesmo nos EUA, sede da maioria delas, os problemas se multiplicam. Andrew Cuomo, procurador geral do Estado de Nova York, abriu uma investigação sobre a Standard & Poor's e a Fitch. A Securities & Exchange Commission, do governo dos EUA, a comissão de bancos do Senado americano e o procurador geral de Ohio, Marc Dann, seguiram o mesmo caminho, investigando a interação entre as agências e os grandes bancos de Wall Street. Afinal, as três principais agências são pagas para certificar a solidez dos bancos. E, nos últimos tempos, 50% de seu lucro vieram justamente das boas classificações que elas deram para investimentos de risco (JCR).

Perdendo o controle

Quando o banco francês BNP Paribas anunciou, no dia 9, não ter condições de calcular o preço dos ativos de três de seus fundos de investimento porque eram lastreados em hipotecas duvidosas, ele deu um recibo da perda de controle que a disseminação destes títulos acarretou para um sistema que, como o financeiro, é cioso de deter o comando de suas operações. “A total evaporação da liquidez em certos segmentos do mercado de securitização dos EUA”, disse o banco, “tornou impossível calcular o valor justo de certos ativos, independentemente da qualidade ou classificação de risco”.

Outro aspecto dessa realidade foi revelado pela ação de alguns bancos

bancos que, preocupados em manter sua própria liquidez, decidiram, no começo de agosto, fortalecer suas reservas, tomando empréstimos de outros bancos. Mas as taxas de juros interbancárias subiram durante a crise, dificultando essa operação.

Além disso, a falta de conhecimento sobre que tipo de título lastreava a operação dos bancos fez com que mesmo os grandes desconfiassem de outros grandes, evitando emprestar para eles. Este foi um dos aspectos centrais da crise: sem a liquidez garantida pelos empréstimos interbancários, alguns podiam quebrar por inadimplência. Mas isso não aconteceu porque os bancos não tinham saldos negativos privados (JCR).

CRISE ECONÔMICA

►lhando os títulos ruins para todo o sistema financeiro.

Tudo isso sob o beneplácito das agências avaliadoras de risco, que atribuíam avaliações favoráveis, do tipo AAA, para estes pacotes, sinalizando assim que eram confiáveis e nos quais se podia investir com segurança.

Desse modo os que compravam acreditavam que a valorização seria sempre crescente. Esperavam ganhar de duas formas. Uma, através do desconto que obtinham sobre a expectativa dos juros (por exemplo, um título que vale 100 dólares pode gerar juros de mais ou menos 10 dólares; ao vender, o dono do título reparte com o comprador esta expectativa de ganho). A outra forma é a própria valorização do imóvel: como as ações de uma empresa cujo valor cresce com a valorização da própria empresa, o valor dos títulos varia conforme a oscilação do preço do imóvel ao qual ele se refere. No jogo financeiro, num certo momento esta expectativa de valorização ganha dimensões que já não correspondem ao bem real, concreto, que dá o lastro para aquele título. A valorização começa a girar no vazio, e a referência ao valor do papel passa a ser o próprio papel e a expectativa de sua valorização infinita.

Os grandes especuladores, que trabalham com estes títulos como se estivessem na mesa de um cassino, sempre saem do jogo ao perceber a iminência das perdas. Fazem isso repassando seus títulos adiante, para investidores sem tanta informação.

Para o comum dos mortais, a proximidade da catástrofe ficou visível quando, em 24 de julho, a Countrywide Financial (que é a maior financiadora hipotecária dos EUA) anunciou uma queda de 33% no lucro trimestral devido aos calotes nos empréstimos *subprime*. Ela teve que usar quase 12 bilhões de dólares de suas linhas de crédito para apaziguar consumidores, acionistas e investidores. A KKR, outra grande empresa do ramo, também anunciou prejuízos de 300 milhões de dólares quando tentou se desfazer de suas hipotecas e títulos lastreados nelas, no valor de 10 bilhões de dólares.

Estas empresas estão no topo do mercado de hipotecas dos EUA, que é responsável pelo financiamento de cerca de um terço das vendas de imóveis no país (34% em residências e 29% em imóveis comerciais). E que, em 2006, movimentou 42 trilhões de dólares; quase um terço desse valor (12 trilhões de dólares, ou 28,5% do total) corresponde a empréstimos, dos quais o *subprime* (2 trilhões de dólares) representa a sexta parte. Ou a vigésima parte do movimento total do setor.

Embora relativamente pequeno em relação ao total, esse volume de dinheiro, na casa dos trilhões de dólares, é grande o suficiente para fazer um estrago significativo na economia. Por exemplo, no começo de agosto, o fundo de hedge (que nasceram como fundos de proteção, mas hoje são os mais agressivamente especulativos) Sowood Capital Management LP anunciou a perda de mais da metade dos ativos que tinha em junho: eles caíram de 3 bilhões de dólares para 1,4 bilhões. Outra medida da extensão da crise é seu impacto sobre os investimentos. O sítio Fortuna informou, em 14 de agosto, que 181 dos 660 fundos de renda fixa tiveram perdas. O colapso do preço das ações de empresas americanas foi forte: entre 19 de julho e 16 de agosto, as 1.204 maiores empresas dos EUA perderam 1,612 trilhões de dólares: o preço de suas ações caiu de 16,983 trilhões para 15,371 trilhões em menos de um mês.

A crise ganhou dimensão internacional quando, em 9 de agosto, o BNP Paribas, maior banco da França, suspendeu os resgates de três de seus fundos de investimento, com patrimônio total de 2,2 bilhões de dóla-



res. Disse que não fez isso porque faltou dinheiro, mas pela dificuldade em avaliar os ativos daqueles fundos. "Os preços dos *subprimes* estão variando muito e havia o risco de uma avaliação errada, que poderia prejudicar os cotistas", explicou Marcelo Giufrida, presidente do BNP Paribas Asset Management no Brasil.

Naquele dia, o Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) e o Banco Central Europeu (BCE) desembolsaram 154 bilhões de dólares para socorrer os mercados; no dia 10, agora com o Banco Central do Japão), foram 129 bilhões; no dia 13, mais 72 bilhões. Isto é, injetaram mais 355 bilhões de dólares em apenas três dias!

Embora não tenha afetado o desempenho da economia brasileira, cujos indicadores continuam apontando para o crescimento, o reflexo da crise por aqui também atingiu os fundos de investimento, muitos deles criados e dirigidos por gurus do neoliberalismo que estiveram no comando da economia e do Banco Central durante o período de Fernando Henrique Cardoso. Até o dia 14 de agosto a crise reduziu o patrimônio dos fundos de ações em 6,5 bilhões de reais, enquanto os chamados multimercados (que

operam tanto em câmbio, como em juros ou na bolsa de valores) perderam 2,47 bilhões de reais. O Gávea, por exemplo, do ex-presidente do BC, Armírio Fraga, perdeu 2,77% no mês, enquanto o Mauá, do ex-diretor Luiz Fernando Figueiredo, perdeu 4,14%.

Há um mecanismo *perverso*, especulativo, na base deste jogo. Nos últimos anos, nos EUA, os empréstimos de alto risco (*subprime*) cresceram muito. Até 2001, os bancos que financiavam a compra de residências ficavam com os títulos correspondentes até a quitação do empréstimo. A partir de então, puderam *empacotar* os títulos e passá-los adiante. Passaram então a vender a maior parte deles para bancos de investimento que, por sua vez, os colocavam num verdadeiro carrossel financeiro formado por fundos e instituições em busca de lucros cada vez maiores, a despeito do risco, e formando uma envolvente cadeia especulativa. Hoje, calcula-se que os títulos correspondentes a quatro em cada cinco hipotecas vendidas nos EUA foram passados adiante e apenas um continua com o credor original. Os principais compradores destes papéis foram os fundos hedge.

Passada a euforia, os grandes investi-



Moradias, mercado em queda nos EUA

dores começaram a suspeitar que o jogo estava ficando perigoso. O valor dos títulos começou a cair desde então. Outra informação que está na origem da crise foi divulgada pela Associação de Bancos de Hipotecas dos EUA: nos últimos 12 meses o calote cresceu 0,5 ponto porcentual no setor imobiliário, e 2,3 pontos (quase cinco vezes mais) no segmento *subprime*. E indicava uma tendência de crescimento da inadimplência, acompanhando o aumento da taxa básica de juros americana.

A tensão começou a partir daí. Com a proliferação dos títulos *subprime*, os próprios grandes bancos perderam o controle sobre a situação, proliferando a suspeita sobre a saúde financeira de cada um. Como não tinham condições de saber quem tinha títulos ruins, e qual a composição dos pacotes financeiros que lastreava a operação de cada um deles, os bancos deixaram de fazer os empréstimos de rotina que trocam entre si para fechar o caixa todo fim de dia (quando um deles está no vermelho, pega um empréstimo, chamado "encaixe", de outro, para fechar as contas, pagando a taxa de juros interbancária. No dia seguinte, liquida a dívida, e segue operando normalmente). Esta foi a chamada crise de liquidez (isto é, de falta de dinheiro no mercado), que levou os bancos centrais a agirem para evitar uma restrição de crédito maior, incontrolável que poderia contaminar todo o mercado.

Como o valor dos títulos lastreados por hipotecas começou a cair e dar prejuízo, os fundos hedge começaram não só a se desfazer deles rapidamente, mas também foram obrigados a vender outros ativos, para ter dinheiro em caixa e poder cumprir seus compromissos. Em consequência, o pânico se espalhou e atingiu as bolsas de valores e o noticiário de jornais e televisões, revelando as entranhas do funcionamento da exploração capitalista.

A conta da crise sobra para os pobres

O epicentro da crise iniciada em 24 de julho foi a ganância dos financiadores de imóveis nos EUA. Eles ganharam muito dinheiro com financiamentos a juros altos para compradores em situação precária, de baixa renda, quase sempre negros ou hispânicos, ou imigrantes em situação irregular e que, por isso, não podiam comprovar emprego ou renda. E, muitas vezes, com um histórico de crédito desfavorável.

Para eles, os bancos emprestavam dinheiro a taxas de juros entre 9 a 9,5% ao ano, quase o dobro da taxa normal de 5 ou 6% ao ano cobradas de clientes brancos ou com emprego e renda considerados adequados.

A história do brasileiro Fausto da Rocha, relatada por *O Estado de S. Paulo*, é um exemplo da situação destas pessoas que não conseguem mais pagar suas casas. Ele é diretor do Centro do Imigrante Brasileiro em Boston, onde mora. Em 2001, comprou uma casa por 240 mil dólares; deu 10% de entrada e financiou o restante, pagando 1.200 ao mês. Ao refinarciar pela primeira

vez, retirou 70 mil dólares em dinheiro, e a prestação passou para 2.500. Refinanciou outra vez, pegando mais 50 mil dólares para pagar dívidas, e a mensalidade subiu para 3.300 - quase três vezes mais do que a prestação original. Quando a crise começou, ele estava negociando novo refinanciamento, que não conseguiu fazer. Hoje, tem uma dívida de 364 mil dólares, mas sua casa vale menos de 300 mil.

A queda nos preços dos imóveis é uma ameaça sombria para os pobres. Uma pesquisa divulgada em agosto mostrou que afeta principalmente negros e hispânicos: cerca de 60% dos negros e 1/3 dos hispânicos manifestaram essa preocupação; entre os brancos, 1/5 (19%) estão preocupados.

A situação de Fausto Rocha é a mesma de milhões de norte-americanos enredados na mesma malha espoliatória. Número que pode aumentar, como mostram relatórios sobre desemprego divulgados pelo governo do EUA referentes a julho e agosto. Em julho, foram criados apenas 92 mil novos postos de trabalho, ao contrário dos esperados 130 mil, sinalizando para o aumento da

socupação (que atinge 4,6% dos trabalhadores). Os dados de agosto confirmam este quadro e apontam para a desaceleração da economia e, segundo alguns analistas, para uma recessão. Ao invés da esperada criação de 125 mil vagas, houve perda de quatro mil empregos, a primeira queda nos últimos quatro anos.

Aumentam também as demissões em empresas de hipotecas. Segundo o relatório, elas perderam quatro mil vagas, sem contar a demissão de 12 mil funcionários anunciada pela Countrywide Financial.

Essas dificuldades sociais são confirmadas pelo aumento no número de despejos. Só em julho foram 179.599 (uma em cada 693 residências), 93% a mais do que julho de 2006. O presidente do sítio RealtyTrac, James Saccacio, previu em julho que havia mais de 2 milhões de processos de despejo para serem julgados até o final do ano. É mais do que o total das casas construídas nos últimos doze meses anteriores a julho que, mesmo em queda, era de 1,38 milhão de casas novas, o nível mais baixo desde 1992. O relatório também aponta que

Entre a desregulação e a centralização

O dogma neoliberal impôs a desregulamentação financeira; mas quando a crise vem, os Bancos Centrais correm para socorrer os grandes patrimônios

JOSÉ CARLOS RUY ENTREVISTA JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA

Um aspecto fundamental do mundo das finanças em nossos dias é a articulação entre a desregulamentação financeira ocorrida a partir da década de 1970, e a centralização do controle pelos bancos centrais dos países ricos.

A opinião é do professor José Carlos de Souza Braga, do Instituto de Economia da Unicamp, onde é diretor executivo do Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais (Ceri). “Com o processo de desregulamentação, de desregulação dos capitais, nós tivemos uma liberalização do movimento internacional de capitais e dos movimentos nacionais, no interior das economias”, explicou o professor para o repórter d’A Classe Operária.

A liberalização financeira afetou o fluxo de capitais entre os países e também no interior das economias nacionais. Antes dela, diz o professor, a própria economia americana era muito regulada, como ocorreu depois da Segunda Guerra Mundial. “Era uma economia americana em que havia até tabelamento da taxa de juros. Ela era tabelada tanto na captação quanto na outra ponta, ou seja, a ponta do empréstimo”.

“Mas isso tudo foi caminhando, dos anos 70 para a frente, no sentido da desregulação e da liberalização financeira. Então os mercados foram sendo desregulados e houve aquilo que Keynes temia, que era a livre movimentação de capitais em escala mundial. Porque ele temia isso? Porque significava a possibilidade de especulação em escala mundial. As balanças de pagamentos das economias, ou seja, as contas externas das economias, passaram a ser suscetíveis de que os capitais circulassem livremente, entre o Brasil e Argentina, Argentina e Tóquio, Tóquio e Cingapura, Cingapura e Londres, Londres e Nova York”, explicou o professor Braga. Com as comunicações via computadores, o dinheiro passou a ser um símbolo virtual, e podendo ser transferido ao redor do mundo 24 horas por dia.

“Estes mecanismos de especulação criaram um circuito financeiro monetário autônomo em relação ao movimento real, produtivo, das economias. Aconteceu que aquilo que, no século XIX, Marx chamava de capital fictício, que era uma parcela pequena da economia, e hoje se transformou na grande parcela da economia”, diz. Assim, grande parte das operações cambiais referem-se à especulação de uma moeda contra outra, nas bolsas de valores, com títulos da dívida pública, *commodities* etc. “Mas não à troca de bens e serviços, por exemplo, com a compra de bens e serviços internacionalmente”. E sua magnitude é de duas a três vezes maior do que as referente à compra de bens e serviços, tornando o processo virtual, fictício, maior do que o processo produtivo real. “Se você comparar os ativos financeiros e o PIB das economias ou do mundo, verá que a relação entre o montante dos ativos financeiros sobre o PIB é muito superior a um. Em grandes quantidades, ele precisa ser maior que um para ajudar a produção. Mas ele



José Carlos Braga, da Unicamp

é muitas vezes maior, o que significa que ter uma montanha de dinheiro e de ativos financeiros que circulam voltados para si mesmos, constituindo uma riqueza fictícia. O valor das ações cresce por ano, digamos, 100% mas o lucro operacional das empresas que estas ações representam cresce, digamos, 50%. Isso quer dizer o quê? Que teve uma valorização que é puramente fictícia”.

Essa ficção é remunerada pelo “mero fato de que está todo mundo acreditando nessa riqueza de papel”, e que os compradores dos títulos pensam que poderão vendê-los com lucro. “É um circuito que vai andando por si mesmo. É o que houve com a chamada bolha da especulação imobiliária nos EUA”, numa ciranda em que a referência do papel é ele mesmo e a crença de que o crescimento vai continuar.

Quando a crise se avizinha, investidores mais bem informados se desfazem dos papéis e saem do jogo. Começa então a reversão, na qual alguns ganham e outros perdem. A desvalorização dessa riqueza baseada em papéis se instala. Os preços começam a desabar. É quando os bancos centrais entram em cena pois, se o processo ficar apenas nas mãos do chamado mercado, ele vai em direção a um grande crash, como aconteceu em 1929, diz Braga.

Os impactos da desvalorização finan-

ceira podem afetar a economia produtiva, levando ao crash e até mesmo a uma grande depressão. Por isso os Bancos Centrais “começam a dar recursos, a encher a economia de liquidez, a baixar a taxa de juros”.

Acontece então algo curioso e paradoxal. “Todo o processo anterior foi o processo da liberalização dos mercados. Agora, é o momento de socializar os prejuízos. E entra o Estado, que é o estado antiliberal da riqueza financeira”. Antes, a palavra de ordem era “viva o mercado”; na hora da crise, passa a ser “viva o Estado”. O Estado entra, com recurso público, para segurar ou evitar que a crise se prolongue e se aprofunde. E executa o papel “de salvar dos grandes patrimônios privados que estão em risco”. Para o povo, nada — ou quase nada, como mostra o programa Bush. “Pelo que tenho de informação, ainda não aprofundadas para avaliar, parece um programa pífio, insuficiente para defender a quantidade de problemas que o povo americano de baixíssima renda vai ter pela frente”, diz Braga. “Mas os grandes patrimônios foram defendidos no mundo inteiro, e nos EUA”.

Os Bancos Centrais defendem os grandes patrimônios privados na hora da crise, que foi promovida por estes mesmos grandes patrimônios privados. E pelos bancos centrais, que toleraram a especulação. “Esse é que é o dilema que há entre desregulamentação e os bancos centrais. Eles não existem para vigiar. Se estivessem vigiando, tudo bem, impediriam o processo especulativo, e se antecipariam à crise”. Mas são coniventes, deixam o processo especulativo ir em frente e, “na hora em que está quebrando, entram e dão a liquidez necessária para que os grandes se safem. Funcionam como emprestadores de última instância, e garantidores para que os patrimônios privados se salvem”.

Na verdade, os bancos centrais deveriam ter uma nova regulamentação, pela qual as forças progressistas tem lutado. “Uma nova regulamentação do sistema monetário internacional, novas formas de controle de capitais, para que os bancos centrais tenham uma nova forma de fiscalização e de ordenamento do sistema monetário e financeiro internacional”.

Uma teoria que não explica quase nada

O chamado pensamento único disseminou, a partir das décadas de 1970 e 1980, o dogma de que todas as explicações globais faliram. Mas as crises econômicas demonstram a indigência dessa idéia. Já na crise de 1998 o economista Gustavo Franco, que era presidente do Banco Central, se disse perplexo pois ela não seria prevista pela teoria.

Eles se baseiam, diz o professor Braga, na “teoria dos mercados perfeitos”, que não tem as crises em seu horizonte pois “os mercados se equilibram, tanto o mercado do dinheiro, quanto o mercado dos ativos financeiros, como o mercado de trabalho”. A crença neoliberal é que eles tendem “pelo jogo da demanda, a um comportamento flexível que atinge o equilíbrio”.

Assim, consideram as crises como “imperfeições causadas ou por um choque externo, ou por uma ação imperfeita do Estado, por alguma razão sempre externa. E jamais por uma razão endógena, interna, ao próprio modelo”. No máximo, “dizem que foram erros de política econômica”, atribuídos a uma personalidade e decorrentes de “ações humanas erradas”. Isto é, “o sistema não é ruim. São erros de técnicos que o conduziram mal, e basta corrigir o erro de política econômica para que ele volte a funcionar adequadamente”.

É uma teoria conveniente para a especulação, que explica pouco sobre o funcionamento do sistema e suas contradições e atribui os problemas à ação humana. Por isso pregam um Estado fora da economia, deixando livre a ação do mercado, que teria um sacrossanto funcionamento tendente ao equilíbrio.

No fundo, ao defender que não há uma objetividade própria do capital, querem que a ação dos donos do dinheiro fique livre para a especulação desenfreada. E dão a isso o nome de ciência! (JCR).

A crise só pega o Brasil se for muito grave

Historicamente, o efeito das crises financeiras internacionais tem sido favorável para o Brasil. A crise provocada pelas duas guerras mundiais ajudou ao crescimento da indústria nacional, por exemplo. Em 1929/1930, como mostrou o economista Celso Furtado o Brasil foi o primeiro entre os países grandes a sair da crise — levou apenas três ou quatro anos, enquanto os EUA levaram mais de uma década. E tudo ajudou ao desenvolvimento do país.

Hoje, o país está em situação favorável, diz Braga. Está bem, e pode en-

frentar a crise com suas reservas e com a balança comercial que tem mantido. “Acredito que o Brasil só pode ter uma perspectiva negativa se a crise se aprofundar internacionalmente de maneira intensa, a partir de uma política monetária dura dos bancos centrais. Mas aí, fico com o que disse a economista Maria Conceição Tavares: se vier uma dureza desse tamanho por parte dos bancos centrais, vai afetar até a China. E então, como ela disse, vamos todos para o bealelu. Não acredito nesse cenário”.

O importante, neste momento, é

Brasil “avançar no sentido de implementar o PAC, baixar mais a taxa de juros”, é avançar de maneira progressista com a nossa política econômica e implementar os investimentos públicos.

Na medida em que a aceleração do PAC venha a ocorrer, “vamos sustentar uma taxa de crescimento interna em novo patamar em relação ao passado”. Uma mudança para melhor, “faltando consolidar uma trajetória de distribuição de renda e de riqueza para que a coisa seja realmente um plano de crescimento de outro tipo do que tivemos no passado”.

CULTURA

Pelos dilemas da música

Em *A Síncope das Idéias*, Marcos Napolitano revela as polêmicas que marcam a tradição da música popular brasileira

ANDRÉ CINTRA

Em 1936, um ano antes de sua morte, Noel Rosa compôs para Aracy de Almeida a inspirada e provocativa *O X do Problema*. A letra conta a história de uma sambista que, à semelhança de Aracy, foi “educada da roda de bamba” e “diplomada na escola de samba” do Estácio de Sá. O talento da moça chama a atenção até da burguesia carioca, que a convida a descer o morro para ser uma “estrela de cinema” — “a rainha de um grande palácio”. Mas assédio nenhum tira a sambista de sua vocação: “Nasci no Estácio / Não posso mudar minha massa de sangue / Você pode crer que palmeira do Mangue / Não vive na areia de Copacabana”.

Uma das ironias de *O X do Problema* é que Noel e Aracy conviveram numa época em que suas canções, embora cada vez mais populares através dos programas de rádio, não sensibilizavam boa parte das elites. Conforme detalha o professor acadêmico e pesquisador Marcos Napolitano no recém-lançado *A Síncope das Idéias* (Editora Fundação Perseu Abramo), geralmente ocorria o contrário: o preconceito de classe é que dava a tônica de muitas das críticas ao samba nas décadas de 30 e 40. Na revista *Voz do Rádio*, por exemplo, Almeida Azevedo se refere ao “horrorível samba de morro, que à força de ser maltratado, seviciado, anda por aí desamparado, sem juízes de menores que olhe por ele, sem polícia de costumes que o proteja, sujo, malcheiroso, etc.”.

Igualmente reacionário é um artigo publicado em *Scena Muda* e escrito por Renato Alencar, que divide o samba em duas vertentes — o de morro e o de arte. Ao primeiro, que envolve “batucada, dança litúrgica bárbara e sensual”, Alencar não atribui “beleza nenhuma”, uma vez que é “monó-

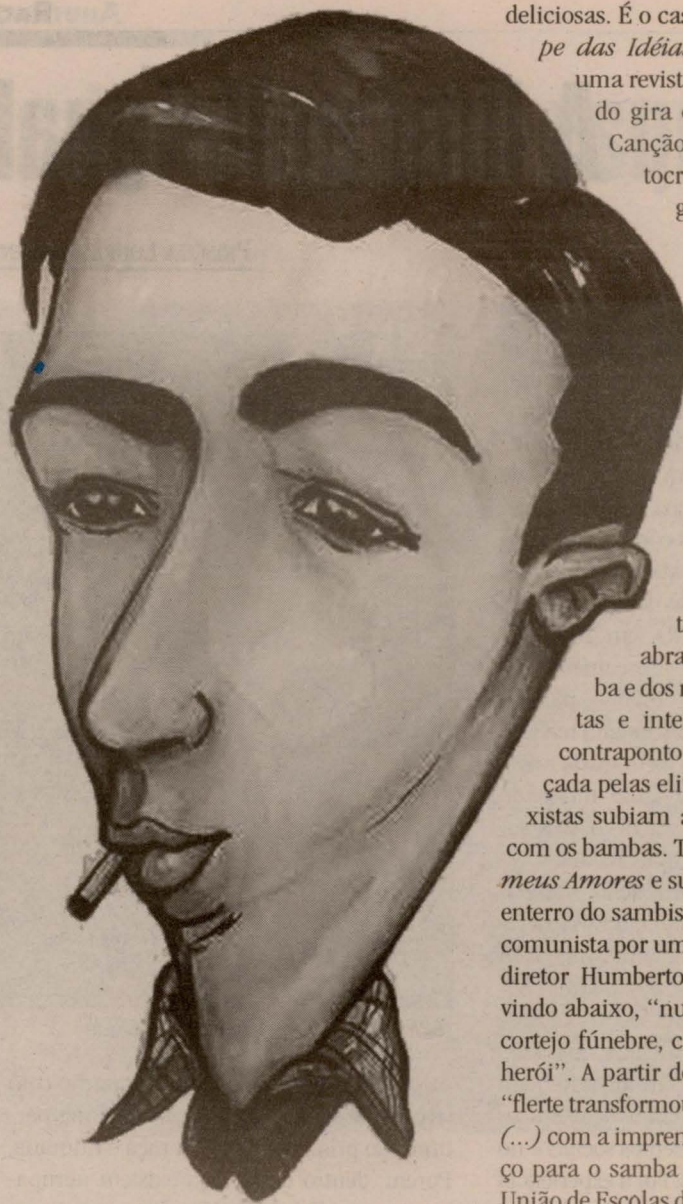
tono e triste como todo produto de povos torturados e incultos”. Álvaro Salgado, diretor da Rádio MEC, segue a linha e afirma que “o samba é feio, indecente, desarmônico e arritmico”. Não que, para Salgado e outros porta-vozes da elite na imprensa, o samba de morro não tivesse salvação. Era preciso “higienizá-lo”, livrá-lo das impurezas. “Sejamos benévolos: lancemos mão da inteligência e da civilização”, propõe o diretor da Rádio MEC. “Tentemos devagarinho torná-lo mais educado e social. Pouco nos importa de quem ele seja filho.”

Se é verdade que o samba não precisou de higienização para se tornar o gênero brasileiro por excelência, também é fato que o viés de classe ainda contamina a relação entre grande mídia e manifestações culturais de origem popular. Em março passado, Barbara Gancia aproveitou um de seus comentários diários na rádio BandNews FM e sua coluna na *Folha de S. Paulo* para esculhambar o hip-hop. Tachou o movimento de “cultura de bacilos”, com seu “lixo musical” que “é sexista, faz apologia à violência e dói no ouvido”. O pretexto para sua histeria foi a elogiosa reportagem “Governo brasileiro investe em cultura hip-hop”, que Larry Rohter publicara dias antes no jornal *The New York Times*.

A reação às bobagens da colunista foi imediata: centenas de pessoas — não necessariamente adeptas ou simpatizantes do hip-hop — enviaram mensagens de protestos à BandNews e à *Folha*, acusando nas palavras de Barbara Gancia generalizações, estreiteza teórica, elitismo e preconceito. Como os primeiros e mais coléricos detratores do samba, Barbara Gancia põe o povo à margem da cultura. Parece pensar que, se o “lixo musical” ficar na periferia, vá lá, aceitemos. Mas que diabo é isto de ser apoiado pelo Ministério da Cultura e ainda ter o aplauso do jornal mais tradicional e influente do mundo?

O reconhecimento internacional é outro elemento que preocupa, desde sempre, a crítica conservadora. Poucas vezes o samba foi tão atacado quanto em 1941, diante da visita de Walt Disney à Portela. “Há uma espécie de samba que pode levar, sem receio, a etiqueta *made in Brazil*. Este outro, porém, o do morro (...), tem que ser ajustado a ambiente teatral para que possa ser mostrado a certos hóspedes”, defendia Renato Alencar.

Todos esses exemplos, reunidos em *A Síncope das Idéias*, demonstram quão polêmica é “a questão da tradição na música popular brasileira” (subtítulo do livro). A tese do autor, Marcos Napolitano, é que o samba, a bossa nova e a moderna MPB estão na “linha formativa” — na “espinha dorsal” — dessa tradição. A trajetória dos três gêneros é marcada, embora jamais limitada, por dilemas. Do incipiente “cidade x morro”, o debate vai se radicalizando, até os anos 60, para confrontos como nacionalismo x universalismo, “conteudismo” x “vanguardismo”, forma x conteúdo, engajamento x alienação.



Mais que doutor em História Social pela USP (onde leciona) ou pesquisador bolsista da CNPq, Napolitano é uma pessoa apaixonada pela música popular brasileira — tema que já abordou em seus três livros anteriores. Para sorte dos leitores, escreve muito bem e pesquisa com mais habilidade ainda, enchendo seus textos de curiosidades

deliciosas. É o caso da abertura de *A Síncope das Idéias*, em que o autor evoca uma revista-opereta de 1933. O enredo gira em torno da personagem Canção Brasileira, “filha da aristocrática Modinha e do elegante Lundu”, seqüestrada pela Flauta, pelo Cavaquinho e pelo Violão, apaixonada pelo Samba. No final da opereta, após diversas reviravoltas, a Canção Brasileira e o Samba se casam e promovem a harmonia entre cidade e morro.

Em outro trecho, Napolitano sustenta que, entre os primeiros críticos a abraçarem “o mundo do samba e dos morros”, estavam jornalistas e intelectuais comunistas. Em contraponto à paranóia higienista lançada pelas elites, esses pensadores marxistas subiam aos morros e dialogavam com os bambas. Também viram *Favela dos meus Amores* e sua mais célebre cena — o enterro do sambista Nhonhô. “Chamado de comunista por um delegado de costumes”, o diretor Humberto Mauro filmou o morro vindo abaixo, “numa mistura de passeata e cortejo fúnebre, carregando o corpo de seu herói”. A partir de 1945, diz Napolitano, o “flerte transformou-se em namoro assumido (...) com a imprensa comunista dando espaço para o samba e com a criação de uma União de Escolas de Samba” ligada ao Partido Comunista do Brasil.

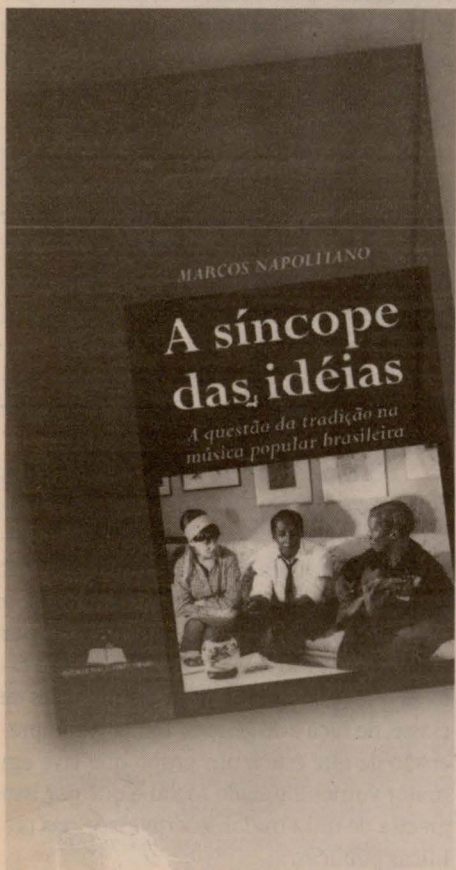
Grande livro, *A Síncope das Idéias* conclui que a música popular brasileira não só reflete a sociedade como também — e mais que isso — “pode ser vista como um projeto (inacabado) de país”. No rastro da tradição desencadeada por samba, bossa nova e MPB, há espaço para “novas escutas” que “percebiam as cacofonias, os silêncios e os sussurros perdidos no tempo”.

O X Do Problema

Noel Rosa

*Nasci no Estácio**Eu fui educada na roda de bamba**Eu fui diplomada na escola de samba**Sou independente, conforme se vê**Nasci no Estácio**O samba é a corda e eu sou a caçamba**E não acredito que haja muamba**Que possa fazer gostar de você**Eu sou diretora da escola do Estácio de Sá**E felicidade maior neste mundo não há**Já fui convidada para ser estrela do nosso cinema**Ser estrela é bem fácil**Sair do Estácio é que é o X do problema**Você tem vontade**Que eu abandone o largo de Estácio**Pra ser a rainha de um grande palácio**E dar um banquete uma vez por semana**Nasci no Estácio**Não posso mudar minha massa de sangue**Você pode ver que palmeira do mangue**Não vive na areia de Copacabana**Fundação Maurício Grabois*

Noel fez esta música para Aracy de Almeida (foto), que era do bairro do Estácio de Sá, no Rio. Ele era de Vila Isabel. Por isso escreveu a letra no feminino, nesta canção que é um dos documentos da tensão entre o morro e a cidade registrada no samba.



RACISMO

A luta pela igualdade é cotidiana

PRISCILA LOBREGATTE ENTREVISTA MATILDE RIBEIRO

Matilde Ribeiro parecia cansada. No meio da tarde do dia 3 de setembro, a ministra acabava de almoçar após uma sessão de debates sobre políticas afirmativas que durara pouco mais de seis horas, num hotel da zona sul paulistana. Mas não é apenas a agenda corrida que deixa a ministra fatigada. Desde que assumiu a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, ela vem lutando para, com um orçamento pequeno —32,5 milhões em 2006—, pôr em prática ações que ajudem a mudar a realidade do negro brasileiro. “O formato de nossa secretaria corresponde ao atual momento histórico. Não é a secretaria de nossos sonhos. A ideal teria muito mais recursos, estrutura e maior capacidade de ação”, lamenta a ministra. Porém, ressalta, a SEPPIR “é um espaço importantíssimo, um avanço em relação ao que acontecia antes, quando havia ações muito pontuais e descontinuadas”.

Natural de Flórida Paulista, no estado de São Paulo, Matilde Ribeiro mesclou, em sua trajetória, os conhecimentos acadêmicos com a atuação nos movimentos sociais e no Partido dos Trabalhadores. Foi a experiência acumulada nessas frentes que levou a assistente social a assumir o primeiro órgão público voltado para a erradicação da desigualdade racial. “A secretaria foi construída pelo movimento social como uma demanda aos poderes públicos anterior ao governo Lula. Sou produto de uma ação coletiva”.

Em entrevista para A Classe Operária, ela fala das ações da secretaria, das diferenças étnicas que formam o povo brasileiro e da necessidade de se intensificar o combate ao racismo. “As questões étnicas e raciais são determinantes de exclusões e discriminações, somadas ao pertencimento de classe. É com esta visão que temos trabalhado, sobretudo buscando valorizar o componente africano no nosso processo de aculturação”.

A Classe Operária - A Unegro baseia-se, em seus documentos, na tese de que o povo brasileiro é uno e mestiço. Dentro dele, porém, há diferenças grandes que decorrem do preconceito de cor. Qual sua avaliação sobre essa posição?

Matilde Ribeiro - O grande debate que está em curso hoje vem a partir de uma postura conservadora e reativa às ações de governo. Tal postura chega a questionar inclusive se é possível usar o conceito “negro” ou o conceito “raça”, partindo da alegação de que a raça é humana. O governo, obvia-



Falta valorizar o negro, diz Matilde

mente, sempre tem de ter preocupação com os conceitos e as precisões teóricas, mas partimos do princípio de que a raça é humana. Porém, dentro desta raça existem agrupamentos raciais e estes têm diferentes inserções e oportunidades na sociedade. E as questões étnicas e raciais são determinantes de exclusões e discriminações, somadas ao pertencimento de classe. É com esta visão que temos trabalhado sobretudo buscando valorizar o componente africano no nosso processo de aculturação. O Brasil tem a contribuição dos europeus, dos asiáticos e dos africanos. É inegável a presença da África em nossa cultura. Somados, independentemente do tom de pele, somos, os negros, praticamente 50% da população brasileira. Nossa cultura é muito negra, nossa música é negra, nossa dança é negra. O que falta é a valorização deste pertencimento.

A Classe Operária - No passado, houve um certo conflito entre o marxismo e a questão racial. Hoje, os marxistas — e os comunistas em particular — compreendem a questão racial como um componente fundamental da luta de classes...

Matilde Ribeiro - No mundo, as desigualdades são balizadas pelo capital, que divide a sociedade entre os que têm e os que não têm. E são balizadas também a partir de outras formas de desigualdade que atingem as pessoas de maneira tão brutal quanto as diferenças econômicas. São as diferenças do ponto de vista racial e étnico e as sexuais —

ser homem ou ser mulher faz diferença diante de uma lógica que determina que o poder está naquele que é rico, branco e homem. Esta triangulação é determinante para as desigualdades. E as questões raciais e de gênero são tão importantes quanto a questão econômica e estão imbricadas. Não dá para dissociar.

A Classe Operária - Que avanços o governo Lula conseguiu no que diz respeito à questão racial?

Matilde Ribeiro - O primeiro aspecto a destacar é a construção de uma política inexistente até então. E construir a política de igualdade racial é um trabalho cotidiano e sistemático de descobrir, nas estruturas do Estado, quais são os canais e as condições de implementarmos ações que possam ser continuadas. Isso é um exercício infindo justamente porque estamos falando de mais de 500 anos de existência do Brasil sem

lastro anterior em relação a uma política nesta área. Acredito que este é um trabalho que, até o último dia, até 31 de dezembro de 2010, estaremos construindo.

A Classe Operária - E com relação às políticas voltadas para os remanescentes dos quilombolas?

Matilde Ribeiro - O programa Brasil Quilombola é o único programa que tem a diretividade para a questão racial e que faz parte do Plano Plurianual, principal peça da administração pública quando se fala de diretrizes gerais para a ação e encaminhamentos para o ciclo orçamentário. O Brasil Quilombola integra cerca de 25 ministérios e volta-se para a atenção das comunidades remanescentes dos quilombos no que diz respeito à legalização fundiária e ao atendimento básico por meio de ações públicas como o Bolsa Família, a alfabetização de adultos, o programa Saúde da Família e todos os programas de atenção aos mais necessitados. É importante ressaltar que as comunidades remanescentes de quilombos nunca fizeram parte, efetivamente, do cardápio das políticas públicas. A SEPPIR coordena esse projeto e é prioridade perante a Presidência da República.

Hoje, temos cerca de 3.500 quilombos mapeados no Brasil. Não há número exato de qual é a população quilombola brasileira. Estima-se que deve chegar a dois milhões de pessoas. E estima-se, também, que haja cer-

ca de cinco mil quilombos no Brasil. Temos 581 processos de regularização de quilombos em curso, credenciados no Incra. Ao longo da primeira gestão, conseguimos titular, efetivamente, 31 quilombos, apesar de a regularização de terra ser uma questão bastante complexa em nosso país. Conseguimos um formato muito bem estruturado com relação aos quilombos e é óbvio que, por tratar-se de uma política nova, estaremos sempre sujeitos a reformulações, mas já podemos dizer que temos uma política pública voltada aos quilombos brasileiros.

A Classe Operária - E o que tem sido feito em outras áreas?

Matilde Ribeiro - Na área da educação, destaco o Pró-Uni que, segundo nos informou hoje o ministro da Educação, atende 300 mil estudantes com bolsas integrais ou parciais. Além deste programa, há o universo de cerca de 40 universidades públicas que já aplicam ações afirmativas. Apesar de a questão das cotas ser uma matéria que ainda precisa ser votada no Congresso, já existe uma execução ativa por essas instituições. Então, na educação são estas duas frentes, além do estímulo à aplicação da lei 10.639, adotada desde 2003, que obriga o ensino da história e da cultura afro-brasileira nos primeiros anos escolares. O MEC tem estimulado as secretarias estaduais e municipais de educação a implementarem a lei. Mas o principal esteio dessa política é a capacitação de professores. E o professorado brasileiro é um mar sem fim. Precisamos, sem dúvida, de uma aceleração nesse processo, uma atribuição que não compete apenas ao governo federal porque a teia do ensino brasileiro é estadualizada e municipalizada. Existe, de nossa parte, todo o interesse para que se avance nessa direção. Temos bons resultados, mas ainda não há condições de se aplicar essa medida de maneira uniforme em todo Brasil.

A Classe Operária - E o que destaca na área do trabalho?

Matilde Ribeiro - O Plano de Trabalho Doméstico Cidadão, uma ação coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, envolvendo a SEPPIR, o Ministério da Educação e a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Este plano prevê a capacitação das empregadas domésticas — combinada com elevação da escolaridade, para valorização profissional —, o acesso a habitação popular — o que envolve também o Ministério das Cidades — e a formação sindical. Este é um plano piloto dentro da estrutura do governo e vai exigir ampliação em maior escala. É importante porque se volta para uma área muito importante da política pública brasileira, considerando que o trabalho doméstico infelizmente, na nossa história, foi muitas vezes visto como similar ao trabalho escravo.

A Classe Operária - Isso acaba envolvendo também a questão da mulher negra...

Matilde Ribeiro - É. A categoria das domésticas é composta por 95% de mulheres. Entre elas, 57% são negras. Há uma necessária somatória de ações entre a SEPPIR e a Secretaria de Mulheres. Sem dúvida, a mulher negra precisa de maior atenção por parte do governo federal, considerando o fato de que se somam aí as discriminações de classe, de raça e de gênero. Temos a compreensão de que este é um grupo que vive em maior vulnerabilidade social e que por isso precisa de uma maior assertividade nas políticas públicas.

BOLETO DE ASSINATURA

R\$ 20,00
12 edições

JORNAL

A Classe Operária

Órgão central do Partido Comunista do Brasil - Fundado em 1º/MAIO/1925

PCdoB
Proletários de todos
os países, uni-vos!

FORMAS DE PAGAMENTO

- Cheque nominal
- Dinheiro
- Vale postal nº. _____
- Depósito em conta corrente
Banco do Brasil
Ag. 2809-6 C/C 7825-5

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____

Tel. res.: (____) _____ com.: (____) _____

E-mail: _____

Profissão: _____ Data de nasc.: ____/____/____

Enviar comprovante de pagamento por fax ou e-mail.

EMPRESA JORNALÍSTICA A CLASSE OPERÁRIA: End.: Al. Sarutá, 185, Jd. Paulista, São Paulo, SP, Brasil - CEP 01403-010
Tel/Fax.: (11) 3054-1829 - End. eletrônico: www.vermelho.org.br/classe Correio eletrônico: classe@pcdob.org.brCDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

AMÉRICA LATINA

A Venezuela esboça seu caminho para o socialismo do século 21

A reforma constitucional promovida pelo presidente Chávez consolida as mudanças alcançadas e concretiza a opção pela transição ao socialismo

RONALDO CARMONA*

Anunciada pelo presidente Hugo Chavez em 15 de agosto, no plenário da Assembleia Nacional (Parlamento venezuelano), o projeto de reforma da atual Constituição Bolivariana — aprovada em 1999 e considerado o “ato inicial” da revolução bolivariana —, contempla alterações em 33 artigos. As propostas irão a referendo popular no próximo dia 9 de dezembro, em bloco, pois seus artigos “estão estrita e intimamente vinculados”, constituindo parte de um projeto político, conforme argumentou o governo de Caracas.

A reforma constitucional é o “segundo motor” do Projeto Nacional Simon Bolívar, o “programa” do atual mandato de Chavez, composto por “cinco motores da revolução”. Eles foram anuncia-

dos na posse de Hugo Chavez em seu segundo mandato, ocorrida em janeiro deste ano.

Os “motores” sucedem o “mapa estratégico da Revolução Bolivariana”, anunciada em 2004, logo após a vitória de Chavez no referendo revogatório, evento que é tido como a “terceira grande derrota da oposição”. As outras duas ocorreram em abril de 2002, com a derrota do golpe de Estado, e em dezembro de 2002, com a derrota do lockout patronal no setor de petróleo, quando a vitória das forças bolivarianas, representou o efetivo controle da PDVSA — de fundamental importância numa economia cuja riqueza essencial são os hidrocarbonetos. Segundo dados recém-divulgados, somente em 2006, a empresa recolheu 40 bilhões de dólares ao Estado venezuelano, além de ter “participação substancial para o desenvolvimento das missões Robinson, Ribas, Sucre, Barrio Adentro Milagre e a Revolução Energética”.

Os cinco motores da Revolução

O primeiro motor são as “Leis habilitantes”, uma autorização da Assembleia Nacional para que o Executivo emita decretos-leis, pelo prazo de um ano e meio. O objetivo é o de fazer uma “faxina” no arcabouço jurídico, reformando, revogando, substituindo ou criando leis, como o Código Comercial de 1904 e principalmente, dando suporte à nacionalizações efetuadas, como na franja petrolífera do Orinoco, a Cantv (telecomunicações) e a Eletricidad de Caracas — as duas últimas nacionalizadas a partir de recompra de ações pelo Estado, e não uma nacionalização “clássica”.

O segundo motor é a “Reforma constitucional”; o terceiro chamado “Moral e Luzes”, é uma campanha pela ética na socie-

dade, no âmbito “moral, econômico, político e social”, além de reformas no sistema educacional com a introdução de valores socialistas — nesse terreno, aliás, vale registrar a não renovação da concessão da RCTV, emissora extremista de direita, em maio passado, na medida em que ajuda a romper o “pensamento único” da grande mídia privada oligopolizada e fomentar o pluralismo.

O quarto motor é “a nova geometria de poder”. Apresentado na reforma constituinte, busca reorganizar o território da Venezuela. Finalmente, o quinto motor é chamado de “explosão do poder comunal”, ou, a criação de comunas, uma espécie de conselho popular ou uma assembleia popular em nível sub-municipal. Marta Hanecker estima existirem 52 mil comunidades na Venezuela, cada qual elegeria um poder comunitário, um conselho ou assembleia popular, com vezes de “Estado”.

Outra grande iniciativa de Chavez neste ano é a organização do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), tentativa de organizar politicamente a massa da população “bolivariana”, e cujo congresso constitutivo ocorrerá em outubro — ao qual anuncia-se haverem se filiado cinco milhões de venezuelanos numa população total de 26 milhões.

Pontos centrais da reforma constitucional

O argumento central de Chavez para a reforma constitucional se baseia, na necessidade de “romper nós gordios” que travam as mudanças “e às vezes ameaçam afogar e enforçar nossa Revolução”. Para ele, a Constituição de 1999 — “quando nós apenas chegávamos” — já está superada diante das mudanças levadas a cabo. Chavez caracteriza claramen-

te a reforma constitucional como passo de transição ao socialismo. Diz ele que ela “pode durar muitos anos, resultando num processo de ruptura de geração”, pois “concretizar isto supõe um longo trânsito (...) através de etapas sucessivas, se aproxime mais no alcance e na consolidação (...) socialista”.

Essencialmente, são três ordens de mudanças: na superestrutura do Estado, em conquistas sociais e na ordem econômica.

A oposição direita na Venezuela, bem como a grande mídia internacional tratou de resumir a reforma praticamente a um item: a possibilidade de que o presidente seja reeleito quantas vezes o povo decidir. Contra isso — a possibilidade de continuidade de um projeto político à frente do país, por decisão popular —, abundam fervorosos “democratas”, incluindo recém-

convertidos, como os golpistas venezuelanos de abril de 2002. Não dizem, no entanto, que se os ingleses desejarem, Gordon Brown poderá dirigir seu país até 2021 — que, aliás, é até quando Chavez permaneceria à frente do país, desde que reeleito em 2014 (dado que o atual mandato, iniciado este ano, 2007, que venceria em 2013, com a reforma, irá até 2014).

A Grã-Bretanha, a Espanha, a Suécia, a Dinamarca, a Holanda ou Luxemburgo, não limitam as reeleições de seus primeiros-ministros (chefes de governo). Na França republicana, onde o presidente joga papel muito além do protocolar — vide Sarkozy, Chirac ou De Gaulle — tampouco se limita o número de reeleições. Mas a natureza da crítica é outra: trata-se da oposição à permanência à frente da Venezuela de forças revolucionárias e antiimperialistas, com orientação socialista. Diga-se também que, em matéria de democracia, Chavez tem sido aprovado com louvor: desde 1998, foram 11 eleições ou referendos ganhos, consecutivamente.

Na proposta de reforma, há outras importantes propostas no sentido da democratização e da soberania do país, como a reorganização do território e criação de comunas populares. Formaliza-se na Constituição as missões sociais como forma de organização flexível do Estado e se redefine o caráter das Forças Armadas, que passa a ter um caráter “popular e antiimperialista” e a se denominar “bolivariana” — além de consagrar a criação de uma milícia popular bolivariana, para armar o povo contra o que a direção do país observa como ameaça de agressão externa.

No plano social, também há importantes proposições. Uma das mais importantes é a que garante o direito ao trabalho e limita a jornada diária a seis horas e a semanal em

até 36 horas, numa importante conquista dos trabalhadores venezuelanos.

No plano da organização econômica, também se vêem importantes definições. A mais expressiva é que avança num novo desenho de formas de propriedade. A reforma estabelece cinco tipos de propriedade: a social, que pertencem “ao povo em seu conjunto”; a coletiva, que pertence a grupos sociais ou mesmo à indivíduos, mas cujo gozo é comum; a mista, entre os setores público, social, coletivo e privado em diversas combinações; a pública, pertencente ao Estado; e a privada, plenamente legal desde que tenha sido adquirida licitamente.

As expropriações serão feitas com o pagamento de indenizações. Aqui, Chavez argumentou que, após conversas com Fidel, Daniel Ortega e Lukashenko — uma testemunha da época soviética —, chegou à conclusão de que não poderia eliminar a propriedade privada, pois equivaleria a “eliminar de uma tacada propriedades produtivas”.

Outras importantes idéias fazem parte das mudanças econômicas como as que proíbem os monopólios privados e os latifúndios no campo. Também chama a atenção, como medida avançada e contra-hegemônica, a que elimina a autonomia do Banco Central — submetendo-o ao controle do poder popular — e a que consagra o controle pelo presidente da República das reservas internacionais depositadas no Banco Central, “como administrador da fazenda pública nacional”.

Venezuela constrói seu próprio caminho ao socialismo

Dentre as singularidades da via venezuelana em curso, está a não repetição do roteiro clássico dos processos de construção do socialismo vividos no século 20. Sua primeira singularidade é a própria forma de ascensão ao poder: foi por meio do sufrágio universal que se instaurou esta revolução de tipo nacional, popular e antiimperialista.

O “chavismo”, isto é, a frente que leva adiante Chavez, é heterogênea. O próprio líder, Chavez, é um militar de carreira, sem uma formação revolucionária “clássica”. É tido como uma “locomotiva” no sentido de seu ativismo.

E tampouco as medidas da “Revolução Bolivariana” são lineares — no sentido da construção socialista — nem são cópias exatas de outras experiências históricas. Trata-se de uma experiência nova, em construção, com firme orientação popular e antiimperialista e proclamados objetivos socialistas. Essa é sua grande novidade: após pouco mais de uma década do fim da URSS e do chamado campo socialista, a Venezuela bolivariana, na América Latina, volta a apresentar a idéia do socialismo como perspectiva histórica, juntando-se às experiências vitoriosas remanescentes do século 20, caso, de Cuba, também na América Latina, e da China, Viena, Coreia e Laos.



Chávez: locomotiva ativista

COMUNICAÇÕES

Concessão, a caixa preta da televisão

RENATA MIELLI ENTREVISTA LAURINDO LEAL FILHO



Laurindo Leal Filho fala à imprensa sobre o Fórum Nacional de TVs Públicas

No dia 5 de outubro vencem as concessões de importantes emissoras de televisão do país: as cinco da Rede Globo - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Brasília, as da Band, Gazeta, Record e TV Cultura de São Paulo, entre outras. Para continuarem operando os canais que lhe foram outorgados pelo Estado, o governo federal precisa autorizar e o Congresso Nacional sancionar essa renovação. Esse processo se dá praticamente à margem da sociedade brasileira, que na sua maioria desconhece o fato de que essas empresas não são donas dos canais de televisão, mas são operadoras de um serviço público.

O jornalista e professor da USP, Laurindo Leal Filho, conversou com A Classe Operária sobre o assunto. Ele ressaltou a ausência de um marco regulatório para o setor, os fortes interesses políticos e econômicos que entram o avanço do debate e o poder que a Rede Globo exerce nesse cenário. "É o grande partido político do Brasil, das classes dominantes".

A Classe Operária: *A população brasileira desconhece o fato de que a TV é uma concessão pública. No imaginário da população permanece a idéia de que a Globo, por exemplo, é proprietária daquele canal de televisão. Qual a importância do debate em torno das concessões para o aprofundamento da democracia no Brasil?*

Laurindo Leal Filho: Essa é a verdadeira caixa-preta da televisão. É um assunto que pela primeira vez começa a ser discutido por alguns setores sociais, ainda que minoritários, mas pioneiros. É um debate muito difícil, porque a maioria absoluta da sociedade só se informa pela TV. A televisão está em praticamente 98% dos domicílios. Se nós pensarmos que 90% das pessoas só se informam pela televisão, teremos cerca de 170 milhões de pessoas. Qualquer outro veículo - jornal, revista, internet, TV por assinatura - não chega a 10% da população. E, obviamente, a televisão não diz que é uma concessão pública e muito menos diz que essas concessões são renováveis, que não são propriedade das empresas. No Brasil, as concessões têm duração de 15 anos para a televisão e 10 anos para o rádio. Ao não ter acesso a essa informação, a população acaba criando no seu imaginário a idéia de que as empresas são proprietárias desses canais, quando na verdade esses canais são bens públicos, outorgados pelo Estado em nome da sociedade para que os concessionários prestem esse serviço por um período limitado de tempo. Então, enquanto não tivermos esse debate na sociedade brasileira ficará muito difícil que se cobre das autoridades e do governo e do Legislativo uma ação mais enérgica e mais eficiente para controlar a concessão e fazer o acompanhamento da renovação dessas concessões.

A Classe Operária: *Quais são os critérios que uma emissora precisa cumprir para obter a renovação da sua concessão?*

Laurindo Leal Filho: Hoje as concessões são renovadas quase que burocraticamente, basta que o concessionário prove que tem colocado a emissora no ar, que não

tem débitos com a Receita Federal ou com o INSS, são critérios todos desvinculados do conteúdo que ele deve transmitir. Muito embora a lei em vigor, de 1962, faça algumas exigências que não são levadas em conta, infelizmente, nos processos de renovação. Por exemplo, 25% de limite máximo de propaganda durante a programação. Há emissoras que colocam muito mais do que isso, que disfarçam a propaganda em merchandising. Não há controle sobre a exigência de 5% da programação ser destinada a conteúdo informativo, jornalístico. Então, embora defasada a lei estabelece algumas normas para a exploração dessas concessões, só que os governos não têm acompanhado o cumprimento dessas exigências. Infelizmente o Ministério das Comunicações sempre esteve atrelado, com raríssimas exceções, a pessoas muito vinculadas à radiodifusão, e não há empenho em que se seja cobrado o interesse público sobre a concessão. Vale mais na renovação da concessão o interesse do empresário para manter o serviço que lhe dá uma rentabilidade alta, do que o interesse do público em receber um serviço de qualidade.

A Classe Operária: *Os concessionários atacam qualquer iniciativa de criação de instrumentos de controle social sobre a sua atividade. Essas, são taxadas de censura e cerceamento da liberdade de imprensa.*

Laurindo Leal Filho: É preciso rebater veementemente e com muita clareza essa recorrente imagem de que ser quer censura. Ao contrário, hoje quem faz censura são aqueles que detêm os meios de comunicação, porque eles dizem o que não deve ser levado ao ar e excluem uma grande parcela da produção artística, cultural e simbólica brasileira. Todos sabemos o quanto do movimento social não passa pelos telejornais brasileiros. É preciso ficar claro que quem faz censura hoje são os concessionários dos meios de comunicação. Aos poucos estamos conseguindo rebater isso, mas ainda é difícil, porque ainda temos forte a marca da censura da ditadura militar que não foi esquecida. Mas controle social não tem nada haver com censura. Ao contrário, tem haver com democracia. Não podemos deixar que apenas duas ou três famílias digam o que o povo brasileiro deve saber, deve pensar, como deve se vestir, o que deve consumir.

A Classe Operária: *Como você vê o poder da Globo como indústria midiática no país e qual sua avaliação sobre a sua renovação?*

Laurindo Leal Filho: A Globo é o grande partido político do Brasil, das classes dominantes, das oligarquias. Ela decodifica para a população o ideário da classe dominante, e não só a Globo, todas as outras, mas a Globo por ter mais audiência torna as idéias da classe dominante as idéias dominantes

na sociedade. O poder da Rede Globo é um poder político partidário seríssimo no Brasil, muito forte. Agora não temos hoje instrumentos legais para se estabelecer uma definição em torno da não renovação da sua concessão. Ela pode ser uma bandeira política, mas não há um instrumento para dizer que a renovação da Globo não pode ser feita porque ela infringiu este e aquele requisitos. E temos os obstáculos constitucionais. Uma não renovação, ainda que fosse aprovada administrativamente, teria que passar por uma votação que exige 2/5 do Congresso Nacional, o que é praticamente impossível. Neste momento a luta deve ser, e acho que ela está caminhando nesse sentido, de mostrar à sociedade que a concessão é da, sociedade, e que foi outorgada pelo Estado em nome dela. E a partir daí começar uma luta para que se consiga um consenso mais amplo e uma pressão sobre o Congresso Nacional para que sejam revistas essas leis e criados mecanismos democráticos para o acompanhamento dessas concessões. Enquanto não resolvermos isso, não chegaremos a uma democracia plena. Me lembro de uma frase do Betinho que dizia, em tom de blague, que só teríamos democracia no Brasil quando o presidente da Rede Globo fosse eleito pelo povo. Essa é uma imagem que mostra bem o poder dessa organização na sociedade brasileira.

A Classe Operária: *Os movimentos que lutam pela democratização da mídia têm insistido na necessidade da realização de uma Conferência das Comunicações nos moldes das outras conferências que têm acontecido no país, como a de saúde, mulheres, habitação. Você considera viável a realização de uma conferência nesses moldes e que impacto ela teria para a elaboração de políticas para o setor?*

Laurindo Leal Filho: Viável e necessária, seria o passo seguinte para dar consistência e organicidade para esses movimentos que estão preocupados com o papel e o poder da televisão. Começamos a nossa conversa falando das dificuldades que a sociedade tem em entender que a televisão é uma concessão pública. A conferência, estabelecida como são as outras citadas, feita a partir dos municípios, de baixo para cima, vai contribuir para essa conscientização da sociedade. Agora, talvez seja mais difícil levar isso a frente, já que os atuais beneficiários dessas concessões utilizam todos os mecanismos para evitar que haja um avanço nesse debate. Tanto no Legislativo quanto no Executivo existe um contra-poder muito forte para evitar essa avanço. É um embate forte e não acredito que uma conferência nesses moldes seja organizada com o apoio desses poderes muito facilmente. Os obstáculos serão grandes, mas eles começam a ser enfrentados. Os movimentos devem ter o seu próprio caminho para levar a frente a bandeira de uma conferência realmente democrática e popular das comunicações e isenta de qualquer tutela seja do Legislativo ou Executivo.

Leia a íntegra desta entrevista no portal Vermelho (www.vermelho.org.br).

IMPRESSO

